





A aliança secreta do apartheid, Rodésia e Portugal

No início de 1974, Portugal estava à beira de perder o controlo da guerra em Angola e Moçambique e preparava-se para transferir para a África do Sul a capacidade de dirigir e orientar o uso das forças militares para «erradicar o terrorismo da África Austral». É o que se depreende da análise dos documentos oficiais recentemente descobertos e relativos a uma aliança secreta estabelecida em 1970 entre os Governos de Portugal, África do Sul e Rodésia. Aliança que ficou escondida de todos ou quase todos os que participaram na guerra, mas que projecta uma luz diferente – e assustadora – sobre os acontecimentos que antecederam a Revolução portuguesa de Abril de 1974, as independências de Moçambique e Angola, e sobre os conflitos que dilaceraram estes dois países até à queda do regime racista sul-africano.

NICOLE GUARDIOLA

TRINTA E CINCO ANOS DEPOIS do fim da guerra colonial e quando se julgava que tudo tinha sido dito sobre um conflito que marcou as memórias de toda uma geração, e dos filhos e netos dos que nele participaram, eis que a abertura dos arquivos veio revelar dados substanciais e totalmente desconhecidos que vêm iluminar os factos que todos conheciam. Dois investigadores portugueses, os coronéis Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes, já autores de uma história da guerra colonial, publicada há 12 anos, tiveram esta «surpresa» ao meter ombro à tarefa de rever os acontecimentos à luz dos arquivos entretanto abertos (Arquivos Histórico Militar e do Secretariado-Geral da Defesa Nacional).

As opções político-militares da ditadura portuguesa face ao eclodir da luta armada nas suas colónias africanas e as alianças estratégicas estabelecidas por Salazar e Marcelo Caetano foram e estão ainda embrulhadas em tamanho mistério, que têm dado azo às interpretações mais fantasiosas acerca da situação militar em Angola, Guiné e Moçambique em vésperas do golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, e a violentos ataques contra os «militares de Abril», acusados de terem entregue Angola e Moçambique aos «comunistas» quando a guerra estava «praticamente ganha».

É esta visão heróica do pequeno e pobre Portugal, «orgulhosamente só», que teria mudado a história de África e dos seus povos se não tivesse





sido abandonado pelas grandes potências, que cobiçavam as riquezas do continente, e traído por um punhado de jovens oficiais cansados e manipulados, que os documentos agora tornados públicos e aos quais ÁFRICA21 teve acesso, destrói irremediavelmente.

A realidade, ignorada então e ainda agora pela maioria dos portugueses, é bem diferente. Quando Marcelo Caetano sucede a Oliveira Salazar na chefia do Governo, em 1968, o esforço realizado desde 1961 para mobilizar e enviar para África dezenas de milhares de soldados está a tornar-se demasiado pesado, e os sectores mais lúcidos do regime já tinham compreendido que se não se acabava rapidamente com a guerra, seria o seu fim, e foi esta preocupação que norteou acção do Governo de Lisboa, sob a batuta de Andrade e Silva, ministro do Ultramar, e de Sá Viana Rebelo, ministro da Defesa, de 1968 a 1973.

Segundo Aniceto Afonso, a alegada indecisão de Marcelo Caetano em relação à questão colonial nunca existiu. A opção escolhida foi a militar.

Foi esta procura da vitória «a todo o custo» que levou Portugal a aceitar uma aliança com a África do Sul, única potência capaz de fornecer o apoio suficiente para inclinar a balança das armas a seu favor, e que oferecia ao mesmo tempo um «modelo» de saída política susceptível de conquistar apoios no chamado «mundo livre»: a necessidade de construir um bastião branco na África Austral para impedir o continente de cair na órbita do poder soviético, em plena fase de expansão.

Uma aliança secreta

A aproximação entre Lisboa e Pretória tinha começado antes, com o apoio de Salazar à independência auto-proclamada da Rodésia. Ian Smith, eleito primeiro-ministro em 1964, tinha-se reunido com Salazar em Lisboa antes de tomar a decisão de romper com o Reino Unido, e Portugal e a África do Sul, sem se atreverem a desafiar frontalmente a condenação e o embargo decretado pela ONU, actuaram concertadamente para impedir a asfixia económica do «Estado pária».



Guerrilheiros da Frelimo nas áreas libertadas do Norte de Moçambique

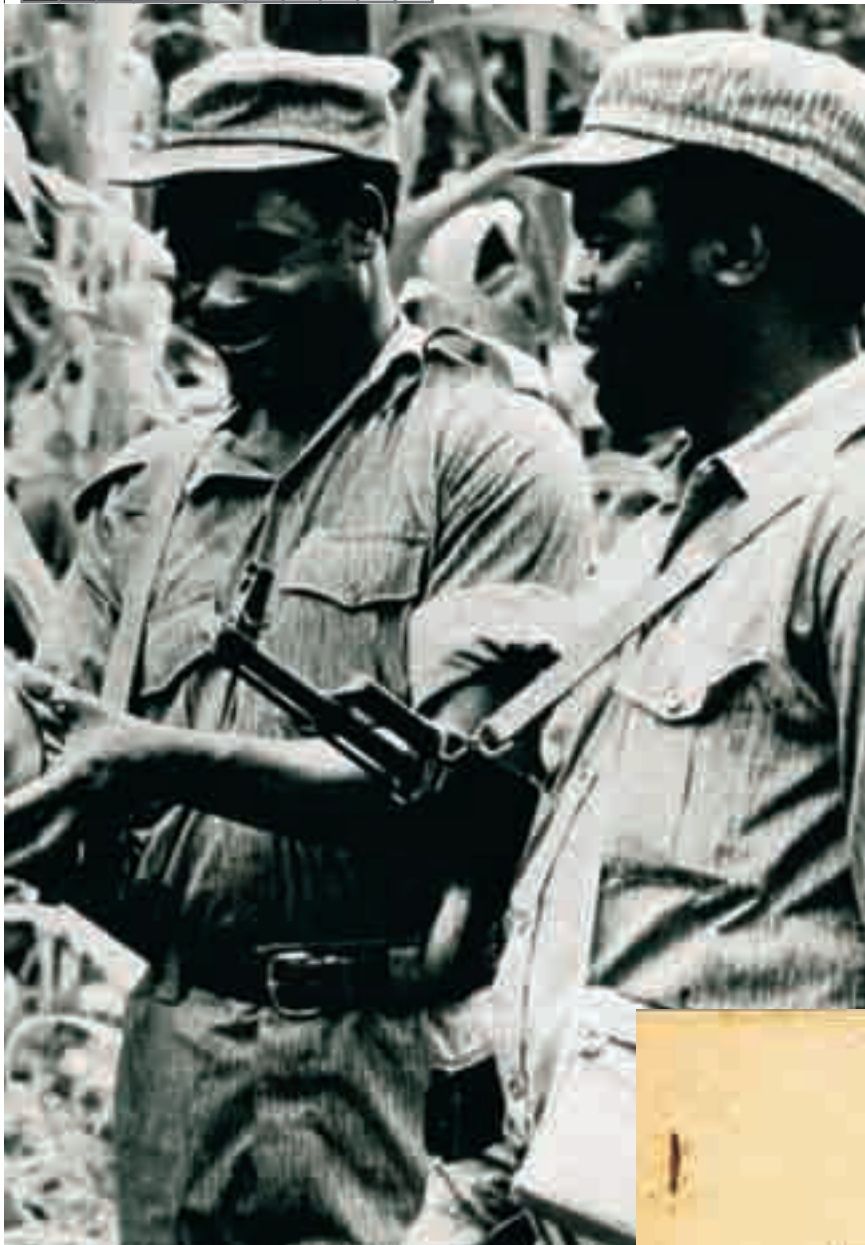
“ *A alegada indecisão de Marcelo Caetano sobre a questão colonial nunca existiu* ”



DCARQ

Marcelo Caetano recebe em Lisboa, a 5 de Junho de 1970, o primeiro-ministro sul-africano, John Vorster





DR

de Junho de 1968 e do seu custo. A conclusão era que os escassos resultados de tamanho investimento impunham uma revisão geral das condições de cooperação, e Frazier propôs submeter aos respectivos Governos «um plano de defesa para a África Austral que estabeleça as normas de utilização das tropas disponíveis de forma coordenada e planeada, para fazer face a um inimigo comum». Foi dado a este plano o nome de código de «Exercício Alcora».

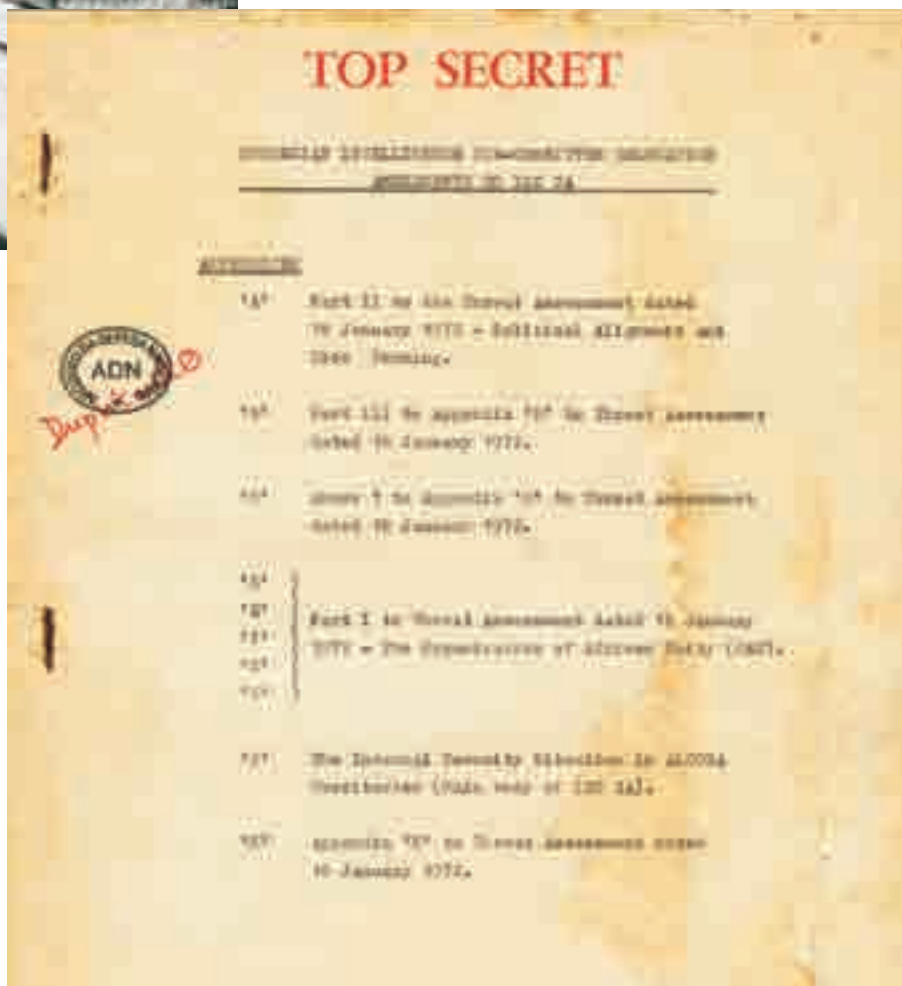
Marcelo Caetano e Balthazar Vorster tiveram a oportunidade de conversar sobre o assunto a 5 de Junho, durante a visita a Lisboa do primeiro-ministro sul-africano (em que se tratou também da construção da barragem de Cahora Bassa, adjudicada meses antes ao consórcio Zamco).

Os territórios do Alcora

O acordo de base do Exercício Alcora foi assinado a 14 de Outubro de 1970, pelo coronel Rocha

A partir de 1968, a força aérea sul-africana prestava apoio logístico e de transporte às tropas portuguesas em Angola (operação Bombaim) e participou em acções de combate no Leste: as operações Luambi e Nova Fase realizadas a partir do Cuito Canavale por comandos portugueses transportados e apoiados por helicópteros sul-africanos.

A transformação deste apoio táctico numa aliança formal começou a ser esboçada a 4 de Março de 1970, quando delegações militares portuguesas e sul-africanas de alto nível se reuniram em Pretória para analisar a situação em Angola e Moçambique. O tenente-general C. A. Frazier, que chefiava a delegação sul-africana, fez um balanço pormenorizado das operações realizadas pela SAAF (Força Aérea Sul-africana) des-



DA RODÉSIA AO ZIMBABWE

A Rodésia do Sul era a mais rica das colónias britânicas da África Austral e aquela onde a organização social e económica mais se aproximava do modelo sul-africano. Os colonos brancos, que representavam em 1960 cerca de 10% da população, e que tinham comprado à Coroa as terras espoliadas aos nativos, não podiam deixar de ver como uma injustiça e uma traição a decisão britânica de entregar o poder a governos saídos de eleições democráticas, necessariamente negros, como já acontecera nas colónias vizinhas (Zâmbia e Malawi). Só a permanência do anterior sistema, em que só votava quem pagasse mais de 100 libras de impostos (a totalidade dos brancos e uma ínfima minoria dos negros) poderia garantir a estabilidade de um regime baseado, de facto, na segregação racial. Eleito em 1964, Ian Smith não hesitaria a proclamar a independência da «República da Rodésia», fazendo aprovar por referendo uma Constituição que consagra o statu quo político e social e a hegemonia dos «africanos brancos», únicos capazes de desenvolver o país, no respeito pelos «direitos adquiridos» e pelas tradições e culturas africanas.

Os brancos sul-africanos não podiam deixar de apoiar esta rebelião dos colonos rodesianos, que era vista pelos afrikaners como uma ocasião de se desforrarem da derrota que lhes fora infligida pelos britânicos na Guerra dos Boers, no início do século XX. Mas o «modelo rodesiano» era também sedutor para aqueles colonos portugueses que já se sentiam «africanos» de pleno direito. O máximo expoente desta corrente foi, em Moçambique, o engenheiro Jorge Jardim, que não parou de lutar até ao fim, com o apoio dos dirigentes de Salisbúria, para convencer Lisboa da possibilidade de um acordo com os «nacionalistas moderados», excluindo a Frelimo. Em Angola, Jonas Savimbi foi o dirigente negro que procurou tirar proveito destas ilusões dos colonos brancos, indo ao ponto de oferecer o seu apoio ao exército colonial para combater o MPLA no Leste.

A Rodésia não tinha saída para o mar e dependia dos portos moçambicanos para o seu comércio externo, pelo que o corredor da Beira, por onde passavam o oleoduto e a via férrea que ligavam Salisbúria à costa do Índico, era de uma importância vital para o regime de Ian Smith, o que fez com que o destino dos dois territórios estivesse sempre indissolúvelmente ligado. A Frelimo apoiou desde o início a luta armada, desencadeada em 1966 pela União Nacional Africana do Zimbabwe (ZANU) de Robert Mugabe, e Smith empenhou-se a fundo, militar e politicamente, no «Exercício Alcora». De facto, o 25 de Abril e a independência de Moçambique foram fatais para a «República da Rodésia» que teve de aceitar a sua reintegração no Império Britânico, deixando ao Governo britânico, presidido por Margaret Thatcher, a tarefa de negociar com os movimentos de libertação as condições da independência do Zimbabwe, em 1980.

Antes de capitularem, os serviços secretos rodesianos tinham conseguido criar um movimento armado de oposição ao Governo da Frelimo, a Resistência Nacional Moçambicana, mais conhecida como Renamo, mergulhando Moçambique numa guerra civil que só acabaria em 1992, com a África do Sul a tomar o relevo da defunta Rodésia no apoio à Renamo, enquanto tropas do jovem Zimbabwe combatiam ao lado do exército governamental moçambicano, nomeadamente ao longo do «corredor da Beira».



Marcelo Caetano recebe em Lisboa, a 14 de Outubro de 1972, o primeiro-ministro da Rodésia, Ian Smith

Simões, director da Quinta Divisão da Secretaria Geral da Defesa Nacional de Portugal, e pelo brigadeiro Greyvenstein, chefe do Planeamento Estratégico do Ministério da Defesa da África do Sul. A Rodésia juntar-se-ia formalmente à Aliança na reunião seguinte de alto nível, a 30 de Março de 1971, em que se aprova o esboço do projecto estratégico de defesa militar dos «territórios Alcora», actualmente repartidos entre cinco estados: África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia e Zimbabwe.

As actas das reuniões «reencontradas» pelos investigadores portugueses (sete no total, à razão de duas por ano, alternadamente em Lisboa e Pretoria) dão conta da progressiva intensificação da cooperação entre os três regimes, que ultrapassa, claramente, o âmbito estritamente militar, e do cuidado de Lisboa em manter secreta esta aliança, de forma a preservar a sua «liberdade de acção política» em relação a Pretória e Salisbúria.

As razões desta «prudência» portuguesa são múltiplas. No plano internacional, Portugal não quer indispor a NATO (de que é membro fundador) aliando-se abertamente com dois regimes que os outros membros da Aliança Atlântica votaram ao ostracismo. Internamente, este repentino alinhamento com os regimes racistas de Pretória e Salisbúria poderia suscitar reacções hostis nos meios mais conservadores do regime, ao entrar em contradição flagrante com a doutrina do Estado Novo, de um Portugal uno, do Minho a Timor, pluricontinental e multirracial. Dezenas de mi-



lhares de portugueses que tinham sido enviados para a guerra, para defender este Império universalista, e não racista, não iriam sentir-se ludibriados, reforçando as dúvidas que muitos jovens oficiais começavam a sentir acerca da justiça da causa que defendiam?

A necessidade de não desperdiçar o único auxílio susceptível de lhe garantir a vitória militar falou mais alto e, passo a passo, Portugal foi cedendo às pressões cada vez mais insistentes dos seus «parceiros» da África Austral, preocupados com a deterioração da situação militar, sobretudo em Moçambique, que atribuíam à fraca motivação das tropas «metropolitanas» portuguesas e à incompetência dos seus chefes.

Em Novembro de 1972, em Lisboa, é finalmente definido o conceito estratégico da aliança tripartida, que aponta como ameaças comuns «o comunismo e o nacionalismo africano, em que o segundo é o instrumento escolhido pelo primeiro para alcançar os seus objectivos mais profun-

dos», e como meta «assegurar a inviolabilidade individual dos territórios Alcora pela eliminação da subversão». Para o efeito deverão «organizar uma força estratégica constituída por meios aéreos de ataque e forças terrestres altamente móveis (...) que sirvam de dissuasor contra todo o ataque externo e que assegure uma intervenção oportuna e eficiente», e levar a cabo uma intensa campanha para «convencer as nações africanas e o mundo livre de que a sua própria sobrevivência está sendo ameaçada na África Austral».

África do Sul toma a liderança

Apesar da insistência de Pretória que vê «os governos africanos superar os seus diferendos e progredir nos seus esforços contra nós», o que faz prever um aumento dos apoios às «organizações terroristas», o acordo entre os ministros da Defesa de Portugal e da África do Sul para a criação de uma «Organização Permanente de Planeamento

“ A África do Sul assume claramente a iniciativa e a maior parte dos encargos com a aliança ”



Com o golpe de Estado e a Revolução do 25 de Abril veio a «certidão de óbito» da Alcora





O general Spínola na parada do quartel-general de Bissau, em Setembro de 1973. A ordem de Lisboa era «resistir até à exaustão».

DR Alcora» (PAPO, em inglês) só será assinado em Outubro de 1973, ainda a tempo de permitir que na sexta reunião de alto nível do Alcora que teve lugar em Salisbúria em Novembro se avançasse no sentido de um Exército comum, com a criação de um Quartel-General, sediado em Pretória, em instalações próprias, sob o comando do major-general sul-africano Clifton, primeiro director-geral da PAPO. Este QG devia entrar em funções em Janeiro de 1974, mas a Rodésia e sobretudo Portugal não procederam atempadamente à nomeação dos seus representantes para todos os cargos que lhes eram destinados, o que provocou um ligeiro atraso.

A África do Sul assume claramente a iniciativa e a maior parte dos encargos com a aliança. Prontifica-se para mobilizar «até cem mil homens, brancos» para a constituição de brigadas mistas, altamente móveis, prontas para intervir em qualquer ponto de Angola e Moçambique, não requerendo de Portugal mais do que um contributo diminuto, e o empenho de algumas

A GUINÉ-BISSAU REFÉM DA ALCORA

A Guiné-Bissau não fazia parte dos «territórios Alcora», mas sofreu as consequências da chamada «teoria do dominó», segundo a qual o fim negociado da guerra de libertação nesta colónia levaria a aceitar a mesma solução para Angola e Moçambique, o que era incompatível com os interesses do regime de Lisboa e com os compromissos assumidos por Portugal junto da África do Sul e Rodésia. Portugal deveria portanto recusar qualquer solução política para a Guiné-Bissau, mesmo correndo o risco de uma derrota.

A carta de comando recebida pelo general Bettencourt Rodrigues, quando foi nomeado Governador-Geral da Guiné em Setembro de 1973, em substituição do general Spínola, não deixava lugar a dúvidas: a ordem era «resistir até à exaustão». Spínola queria ser Presidente de Portugal e via a Guiné como um trampolim, um meio para atingir o seu objectivo político. Trataria de resolver depois a questão de Angola e Moçambique à sua maneira, ou seja, num quadro federalista.

Privilegiou, por isso, a via política, procurando conquistar o apoio das populações e enfraquecer o PAIGC, provocando divisões e deserções no seu seio. Fracassada uma tentativa de negociar a rendição de um importante grupo armado do PAIGC (que causou a morte de três majores do seu Estado-Maior a 20 de Abril de 1970) Spínola autorizou em Novembro um ataque contra Conacri, para matar o Presidente guineense Sekou Touré e o líder do PAIGC, Amílcar Cabral,

privando de uma só vez o movimento de libertação de Cabo Verde e da Guiné-Bissau do seu chefe carismático e do seu principal aliado. A «Operação Mar Verde» comandada pelo major Alpoim Galvão não atingiu os seus principais objectivos, mas foi considerada um sucesso militar, porque todos os participantes regressaram sãos e salvos a Bissau, trazendo de volta 29 militares portugueses que tinham sido capturados pelo PAIGC.

Pelas razões já citadas, Lisboa nunca apostou seriamente numa saída negociada, apesar da abertura manifestada por Amílcar Cabral e secundada por vários líderes africanos da região. Em Fevereiro de 1974, Marcelo Caetano tentou contactar o PAIGC para sondar as possibilidades de chegar a um acordo dentro dos estreitos limites fixados pelo regime. Mas já era demasiado tarde. Cabral tinha sido assassinado, o PAIGC proclamara unilateralmente a independência e o novo Estado tinha sido reconhecido por dezenas de países.

Não restava ao general Bettencourt Rodrigues outra solução se não a de concentrar os meios disponíveis à volta de Bissau e resistir ali, indefinidamente. Para o efeito, Lisboa encomendou à França mísseis anti-aéreos Crotales, de forma a repelir todas as tentativas de tomar Bissau por um ataque aéreo. Também neste caso foi o derrube da ditadura em Lisboa que pôs fim ao impasse, abrindo o caminho para o reconhecimento da independência da Guiné e de Cabo Verde.



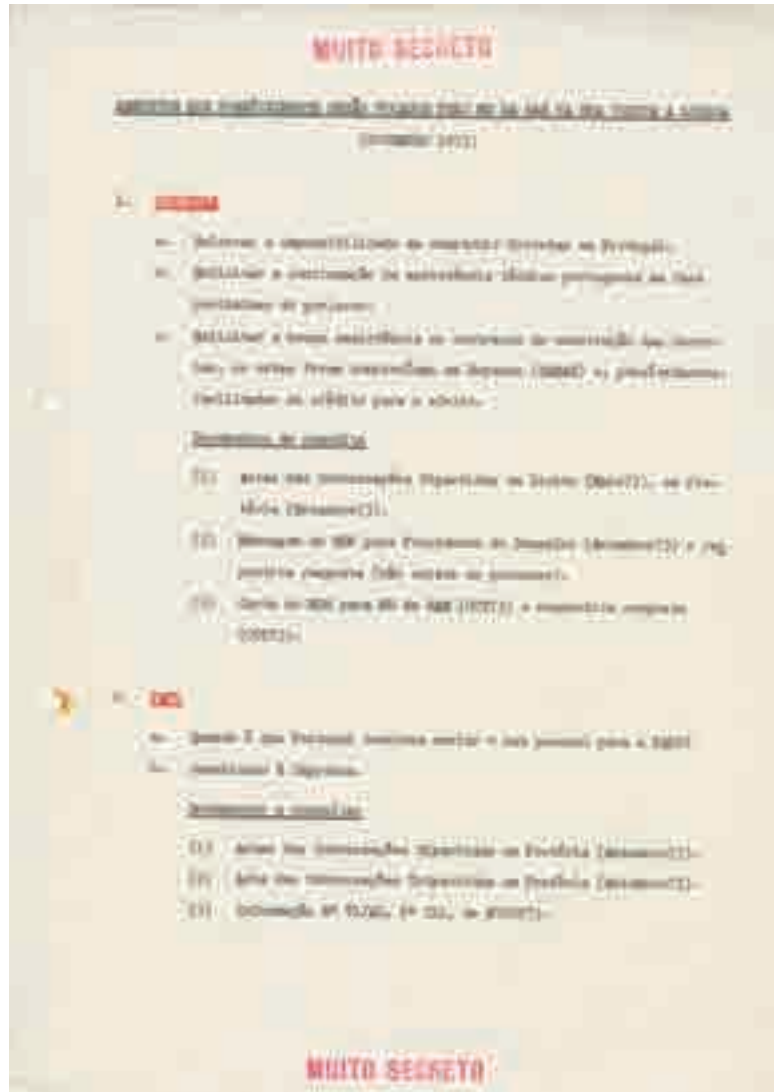


companhias de comandos e pára-quedistas. A 8 de Março de 1974, o Ministério português das Finanças assina com a South África Reserve Bank um acordo que outorga a Portugal um empréstimo de 150 milhões de rands (seis milhões de contos portugueses segundo o câmbio da época) para a compra de material de guerra, em prestações mensais de cinco milhões de rands. A primeira fatia foi imediatamente disponibilizada.

A última reunião

A máquina estava lançada e parecia imparável, pelo que já não seria necessário (nem possível) mantê-la oculta. A decisão de a tornar pública chegou a ser agendada para a sétima reunião Alcora, marcada para 24 de Junho de 1974, em Lisboa.

Nunca se saberá qual teria sido a reacção da comunidade internacional, e dos militares portugueses, ao serem colocados perante o facto consumado, porque a 25 de Abril, um punhado de



Amílcar Cabral em território libertado da Guiné. A PIDE/DGS pode ter estado na origem do assassinato do líder histórico do PAIGC, a 20 de Janeiro de 1973.



“ A decisão de tornar pública a Alcora esteve agendada para a sétima reunião, marcada para 24 de Junho de 1974, em Lisboa ”

jovens capitães resolveu derrubar a mais velha ditadura da Europa e mudar radicalmente o rumo da história de Portugal e da África Austral.

Alcora, porém, não acabou neste dia e a sétima reunião ainda se realizou, à data prevista, não em Lisboa, mas em Pretória. O general Armstrong, chefe do Estado-Maior da Defesa da RAS chegou mesmo a afirmar que o encontro era «crucial quanto à principal tarefa para Alcora, que consiste na eliminação do terrorismo na África Austral»

A delegação portuguesa, chefiada pelo general Basto Machado, ex-comandante em chefe em Moçambique, respondeu como pôde às perguntas dos parceiros que queriam saber o que iria acontecer em Angola e Moçambique, e se «havia vantagem na continuação de Alcora na sua forma actual». Disse que o novo Governo de Lisboa não estava



A «ARMA INVENCÍVEL» DE COSTA GOMES

O 25 de Abril, que derrubou a ditadura portuguesa, matou no ovo a tentativa de transformar África Austral num baluarte inexpugnável do «poder branco». É hoje evidente que os dirigentes do regime racista sul-africano não hesitariam em recorrer a todos os meios para impedir os «terroristas» negros de tomar o poder em Angola e Moçambique, e que estes meios incluíam massacres, deslocações forçadas de populações, e, em último recurso, a utilização de armas de destruição maciça.

Era pois previsível uma escalada de violência e a multiplicação de ataques indiscriminados contras as populações civis suspeitas de simpatias pelos movimentos de libertação, (métodos de guerra que repugnavam à maioria dos oficiais portugueses, que conseguiram quase sempre impedir a sua utilização, salvo algumas exceções, nomeadamente em Moçambique).

O marechal Costa Gomes, que impedira a publicação em 1974 do relatório de uma comissão de inquérito da ONU enviada a Moçambique após o massacre de Wiriyamu, e que acusava Portugal de crimes de guerra, admitia sem reboço a utilização de napalm e de desfolhantes químicos pelas tropas portuguesas nos três teatros de guerra em África, mas negava, rotundamente, ter alguma vez autorizado o uso de armas bacteriológicas. O mesmo Costa Gomes fez alusão, em 1995, a uma misteriosa «arma invencível» que teria permitido acabar com a guerra de forma «definitiva», mas cujo uso tinha sido excluído, por razões também não esclarecidas. Estaria a pensar Costa Gomes no «Exercício Alcora» (de que nunca falou) e do arsenal de armas de destruição maciça de que dispunha o principal «parceiro» de Portugal nesta aliança? Este arsenal, então secreto, é hoje bem conhecido, graças aos depoimentos de vários «arrepentidos» perante a Comissão Verdade e Reconciliação criada após a queda do regime racista. Sabe-se agora que a África do Sul se lançou na produção

de armas nucleares em 1971, em estreita colaboração com Israel. Segundo a Agência da Energia Atómica da ONU (AIAE) possuía, no final da década, pelo menos sete bombas atómicas, e trabalhava então num programa de miniaturização para produzir armas nucleares táticas – o programa nuclear sul-africano foi entretanto abandonado e destruído em 1992, sob a fiscalização da AIEA.

O activista holandês anti-apartheid Klaas de Jonge denunciou nos anos 70 várias «operações sujas» com armas químicas e bacteriológicas realizadas na Rodésia nos anos 70 no âmbito da Operação Alcora; o ex-coronel do exército rodésiano Lionel Dyck revelou ter assistido à contaminação de rios com o bacilo da cólera em Moçambique e Rodésia; e os dossiês secretos da Comissão Verdade e Reconciliação estão repletos de informações acerca das armas químicas desenvolvidas



pelo Forensic Sciences Laboratory, em Visagie Street, dirigido pelo major-general Lothar Neethling ou das inúmeras toxinas e biotoxinas surgidas no âmbito do programa Coast, criado em 1983 e dirigido pelo Dr. Wouter Basson. Sabe-se que estas armas foram utilizadas em combate contra as tropas governamentais em Angola e Moçambique, e para tentar eliminar líderes da oposição ao regime racista, entre os quais o bispo Desmond Tutu.

“ Houve uma reunião em Lisboa, em Maio de 1975, com militares sul-africanos para a devolução dos materiais e equipamentos que tinham sido emprestados a Portugal ”

O general Costa Gomes (à esq. na foto, num *briefing* nos céus de Moçambique) nunca falou da Alcora mas é improvável que estivesse fora do «segredo dos deuses»






As zero horas do dia 11 de Novembro de 1975, Agostinho Neto proclama a independência de Angola que a Alcora queria impedir. Na foto, o líder angolano na guerrilha do MPLA

de acordo com «alguns partidos» que, em Portugal, estavam a favor da independência imediata das províncias ultramarinas e que o seu «primeiro objectivo era obter um cessar-fogo como pré-requisito para a abertura de negociações» com os movimentos nacionalistas. Contudo, nas actuais circunstâncias considerava conveniente manter o segredo e suspender «quaisquer acções conjuntas», nomeadamente em Moçambique.

Haveria ainda, em Maio de 1975, uma reunião em Lisboa entre representantes militares sul-africanos com o Estado-Maior português, para resolver definitivamente a questão da devolução de grandes quantidades de materiais e equipamentos que tinham sido «emprestados» a Portugal no âmbito do extinto «Exercício Alcora», processo que só ficaria concluído em 1976.

Já sabemos o que aconteceu depois. Obrigado a reconhecer o direito à autodeterminação das colónias portuguesas, Spínola seria pouco depois substituído por Costa Gomes na Presidência de Portugal e iniciou-se o processo negocial que levaria a Guiné, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola à independência. Alcora

foi atirada para as gavetas da História, onde permaneceu até ao presente, sem que nenhum dos seus arquitectos tivesse quebrado o pacto de silêncio, o que não deixa de ser um caso singular, dado o elevado número de pessoas que estiveram envolvidas num processo que durou meia dúzia de anos.

Ainda há muito para investigar sobre os contornos desta aliança, os seus actores e cúmplices, e as suas sequelas. Mas uma coisa é certa: os dados coligidos e tornados públicos por Aniceto Afonso e Carlos Matos Gomes projectam uma nova luz sobre muitos acontecimentos posteriores, tais como a invasão de Angola pelas forças sul-africanas em 1975, o papel da África do Sul nas guerras civis angolana e moçambicana, e as tentativas de desestabilização dos países da «Linha da Frente». Perdem todo o sentido as acaloradas polémicas sobre a mal-fadada «descolonização» portuguesa como causa principal dos conflitos que dilaceraram a África Austral até à queda do regime racista sul-africano, em 1991. Pretória já estava em guerra contra os nacionalistas africanos, em Angola e Moçambique, muito antes do primeiro soldado cubano ter pisado o solo angolano. 

“ *Ainda há muito para investigar sobre os contornos desta aliança tripartida* ”

